





Historiografia da Arqueologia



Arqueologia portuguesa em solo africano durante o Estado Novo: (alguns) atores, espaços e projetos – o caso de Moçambique

Ana Cristina Martins*

p. 129-143

Portugal não está a fazer nada de digno e de válido no campo da arqueologia africana. A Arqueologia requer técnicas que são complexas e caras [...].

Nós não preparamos pessoal, não dispomos de dinheiro e persistimos num erro capital [...] que é fazer arqueologia de África num prédio urbano em Lisboa com espécies que vêm encaixotadas no vapor de carreira (IICT/SSEA: 255 [António de Almeida], 2; 128, 25-04-60)

Palavras prévias

Afirmada há cerca de 30 anos nos estudos académicos internacionais, a história da arqueologia tem aberto o seu leque de temas e assuntos, procurando, em simultâneo, modelos interdisciplinares de abordagem. Disso tem beneficiado, por exemplo, a história da arqueologia em antigas colónias, sobretudo europeias, como atestam títulos publicados ultimamente (Cravioto, 2005 e 2007). Estudos que, de acordo com a análise integrada exigida pela investigação histórica, mormente da ciência, têm trazido a lume, mais do que nomes de quem, individualmente ou coletivamente, se embrenhou em longínquas geografias em demanda do pretérito mais remoto da Humanidade, toda uma série de redes locais de produção, transmissão e receção de conhecimento, nas quais se inscreviam personalidades e instituições de referência nas metrópoles. Graças a estas análises, tem-se desmistificado, gradativamente, a preconceção relativa a esses territórios como territórios periféricos, incluindo no domínio científico. Mais do que isso, as investigações conduzidas neste âmbito analisam, com profundidade e abrangência, a interação existente entre essas redes, os discursos arqueológicos (escritos e imagéticos) e a política colonial, assim como as suas consequências, quantas vezes traduzidas em narrativas pós-coloniais.

Recente, ainda, na historiografia, quando comparada a exemplos coevos, a história da arqueologia em Portugal começou, há escassos anos, a inserir o temário colonial. Novidade que tem possibilitado descerrar arquivos, identificar individualidades, instituições e projetos, ao mesmo tempo que cruzar fontes, entender a diversidades de atuantes no

* Bolseira de pós-doutoramento FCT (SFRH/BPD/105375/2014), tendo como unidade de acolhimento o Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Lisboa, através do seu Grupo de Investigação Ciência, Estudos de História, Filosofia e Cultura Científica (CEFCHCi da Universidade de Évora).

terreno, apreender a interação entre dinâmicas locais, metropolitanas e regionais, avaliar o papel destas forças na afirmação e desenvolvimento da arqueologia no antigo Ultramar, assim como a receção desta junto da comunidade científica portuguesa, em particular, e da população, em geral (Martins, 2010a). Um exercício que tem exigido múltiplos olhares cruzados sobre diferentes contextos, nomeadamente acerca da prevalência, em momentos e períodos concretos, de teorias e métodos na arqueologia subsaariana (Robertshaw: 2006: 5).

Antecedentes

Mesmo que residual e diluído por entre outras áreas do conhecimento, o passado mais remoto dos territórios administrados por Portugal na África subsaariana suscitou sempre algum interesse junto de quem acompanhava as principais tendências de investigação europeias nesta matéria. Tal ocorria, pelo menos, desde finais de Oitocentos (Martins, 2012). A maior curiosidade era, no entanto, suscitada por registos etnográficos de diferentes aspectos quotidianos plasmados, muitas vezes, em materialidades colecionadas e musealizadas no mundo ocidental, enquanto inspiravam estetas, literatos e artistas visitando certames internacionais.

Embora com menor intensidade e recorrência, Portugal não foi indiferente a este movimento. Movimento científico e cultural, mas também político, económico e religioso, que alteraria o modo de a Europa se olhar e de olhar o 'Outro', o 'Outro' transatlântico e, em concreto, o subsaariano. Não teve, contudo, e por razões que não cabe aqui explanar, a dimensão e o impacte verificáveis noutros países, designadamente em França e na Inglaterra, mergulhadas em pleno *Scramble for Africa* (1881-1914). Pelo menos, até à Conferência de Berlim (1884-85), em cuja sequência Portugal gerou o Mapa Cor-de-Rosa.

Neste entretanto, a aparente inércia da política central portuguesa pela defesa dos interesses nacionais nos territórios de além-mar motivou a criação da Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL) (1975), à qual se seguiu a Comissão Central Permanente de Geografia (1876) reestruturada em 1883, já como Comissão de Cartografia¹, poucos anos transcorridos sobre o centenário camoniano, a receção triunfal de exploradores africanos, a delineação da expedição científica à Serra da Estrela e a realização da 9.ª sessão do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica (Lisboa, 1880). Eventos que, juntamente ao posterior *Ultimatum* (1890), fortaleceram a exaltação nacionalista fundamental à recuperação de diversas dimensões do país envolto, de há décadas a essa parte, em inúmeros e gravosos problemas internos e externos, entre os quais sobressaía a política colonial ou, antes, a quase ausência de política colonial. Situação tanto mais inquietante, quando as ambições lançadas por outras capitais europeias sobre territórios portugueses em África exigiam uma presença local mais efetiva e eficaz, explorando racionalmente as suas múltiplas riquezas.

Mas, para tal, havia que conhecer, profundamente, as suas especificidades. Cumprir este desiderato significava, porém, organizar missões científicas dotadas dos meios humanos e materiais necessários à recolha sistemática de dados vertidos em relatórios detalhados, ao mesmo tempo que se inscreviam numa crescente rede de produção, transmissão e receção de conhecimento, e concorriam para uma administração colonial que se desejava profi-

¹ «... foi criada, junto do Ministério da Marinha e Ultramar, uma comissão permanente para organizar explorações científicas, coligir documentos e exemplares, promover trabalhos e publicações referentes à Antropologia, Geografia, Etnologia e Arqueologia das nossas possessões de Além-Mar, a-fim-de estudar os mais importantes problemas antropológicos, climatológicos, etnológicos, acimalógicos e demográficos dessas províncias ultramarinas, para assim cooperar no seu progressivo conhecimento e desenvolvimento» (Correia, 1934: 7. Nosso Negrito).

ciente (Martins, 2010b). Tarefa que, pela sua complexidade, devia competir ao governo central do país, acompanhando, de perto, soluções encontradas por outras governações, em colaboração estreita com o mundo industrial e comercial, e com suporte logístico militar (Martins, 2012). Instava, sem dúvida, obter uma noção mais sólida e profunda dessas longínquas geografias e geologias, alargando a noção de geografia a todas as ciências humanas e naturais (Lobato, 1983: 72), enquanto arqueólogos e antropólogos começavam a olhar para a África subsaariana como se de um museu franqueado da pré-história humana se tratasse.

Portugal, por seu turno, principiava campanhas militares em solo angolano, acompanhando reconhecimentos políticos e expedições científicas. Não obstante, afirmar-se-ia, ainda em finais dos anos 20, que *em Angola como nas outras colónias, a investigação científica portuguesa não se afirmou como devia* (Carriso, 1928: 19. Nosso negrito). Embora a essencialidade, para o país, desta estratégia justificasse a sua incorporação na agenda republicana, foi ao Estado Novo (1926/1933-1974) que coube institucionalizá-la na figura da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais/do Ultramar (JMGIC/JMGIU) (1936-1951/1952-1973), remodelada de acordo com premências contextuais, pressões internacionais e o progresso científico-tecnológico, enquanto se acentuava o discurso interno do portuguêsismo, mesmo que nem sempre por todos consensualizado (Medina, 2006). Também por isso, os estudos etnográficos foram intensificados, a eles se juntando os etnológicos, os antropológicos e os arqueológicos, numa procura incessante pela originalidade nacional e resgate da materialidade de uma cultura pretendida comum ao território administrativo. Materialidade nem sempre entendível na sua simbólica e funcionalidade. Razão bastante para se recorrer a comparações etnográficas de usos e costumes extra-europeus, entre os quais subsaarianos, por se presumir terem cristalizado ou pouco evoluído e diferenciado: *Os índios brasileiros encontravam-se, pois, como os Guanches e os Hotentotes, num estado cultural correspondente à idade da pedra polida* (Correia, 1943: 257). O movimento conduzido neste sentido não se revestiu, porém, entre nós da dimensão observada noutros recessos europeus, embora perdurasse anacronicamente, a julgar pelo seguinte excerto dos anos 60, sobre o Museu Etnológico Português Dr. J. Leite de Vasconcelos: *estabelecer uma comparação das sociedades mortas (restos fósseis) com as sociedades vivas (povos selvagens), poderá o visitante interessado, observando os objectos expostos nos mostradores, fazer uma ideia do viver das populações mais antigas que habitaram o território que hoje é Portugal ou que por aqui passaram.* (Machado, 1965: 230). Aquela particularidade explicar-se-ia com o facto de o país não carecer desta área do conhecimento para justificar a sua existência histórica e respetivas fronteiras políticas.

Havia, no entanto, que permanecer atento ao muito produzido também neste domínio científico, de modo a contrariar, tanto quanto possível, a ideia de Portugal como periferia académica, de igual modo nesta matéria. Por isso, os seus protagonistas internos se esforçaram por presenciar eventos internacionais onde a ciência, a tecnologia, as artes e as letras desvendassem temas e assuntos desta temática concreta que rompia, aos poucos, compartimentações do saber e se revelava transversal a muitos deles. Melhor se entende assim o empenho acrescido de alguns em ingressar nas principais redes de produção, transmissão e receção de conhecimento finissecular, fendendo mutismos, solitudes e anonimatos.

Neste entretanto, diferentes países europeus demonstravam as suas ambições e poderes ultramarinos em exposições universais e coloniais, exibindo quadros vivos de representantes (*naturvölker*) extra-europeus para reprodução de algumas das suas ações quotidianas. Enquanto isso, determinados círculos académicos portugueses aderiam a tendências científicas fortemente reprovadas a *posteriori*, como se infere da criação da Sociedade

Portuguesa de Estudos Eugénicos (1937) (Coimbra, 1937)² (Torgal, 2009, 2: 356), conquanto despojadas das práticas suscitadoras de maior polémica moral (Castanheira, 2010).

Dinâmicas metropolitanas

Em 1934, o Porto acolhia a 1.ª Exposição Colonial Portuguesa (1.ª ECP). Nos quatro anos precedentes, publicara-se o Acto Colonial (1930), a Carta Orgânica do Império Colonial Português e a Reforma Administrativa Ultramarina, ambas em 1933. Documentos que, em conjunto, consolidavam a ideia de um país indivisível abraçando o além-mar na sua agenda nacionalista. Nesta sequência, a exposição no Porto alicerçava a política colonial portuguesa, sobretudo no seio de uma população ainda pouco ciente da relevância das possessões extra-europeias para o devir do país, designadamente no xadrez político internacional. Não que as iniciativas neste sentido fossem inexistentes ou omissas. Ao contrário, pois as vezes desdobravam-se nesse sentido, embora de modo ainda circunscrito. Disto é exemplo a SGL, ao declarar imperativo realizar um encontro nacional para discussão de assuntos coloniais,

Considerando que a resolução do problema colonial, nos seus mais diversos aspectos, constitue, em grande parte, a garantia do nosso desenvolvimento económico e do nosso futuro político; // [...] // Considerando quanto importa ao bom nome portuguez e á elevação moral e política da pátria que não só acompanhemos as outras nações colonizadoras em tudo quanto n'ellas observarmos de progressivo, mas que tentemos ainda excedel-as, com o nosso espirito de larga e naturalmente aberto ás grandes correntes do pensamento (SGL, 1900: 2)

Entre as inúmeras atividades organizadas no âmbito desta exposição, sobressaiu o 1.º Congresso Nacional de Antropologia Colonial. Da iniciativa da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (Porto, 1918), onde se acolhiam estudos votados à arqueologia e à pré-história ultramarinas, o encontro foi presidido por António Augusto Esteves Mendes Correia (1888-1960), com vista, sobretudo, a enfatizar as possibilidades aplicativas deste campo de investigação à administração colonial portuguesa, contribuindo, também assim, para a *missão civilizadora* nacional das populações autóctones:

*É, portanto, absolutamente necessário que procuremos – se não for antes de tudo, pelo menos ao mesmo tempo em que andarmos esquadrinhando filões de metais preciosos ou verrumando as camadas geológicas, à cata de poços ou minas petrolíferas, – indagar a que raças pertencem os seres humanos que vivem nas nossas possessões ultramarinas, **inquirindo sobre a sua capacidade para o trabalho e para a civilização**, e sobre a sua laboriosidade, tanto na sua modalidade geral, como no tocante às respetivas especializações profissionais. // [...] // Nada disto se acha feito em conjunto, salvo raros estudos dispersos por iniciativa de um ou outro antropologista isolado, trabalhando de motu proprio e sem outro incentivo que não seja a satisfação dum dever cumprido em homenagem à Ciência (Correia, 1934: 11. Nosso negrito).*

Havia, contudo, muito a cumprir neste capítulo. Na verdade, parecia encontrar-se tudo por fazer, como enunciado pelo médico e militar Aires Kopke (1866-1947), Director da Escola de Medicina Tropical (1902), no discurso inaugural da 1.ª ECP,

em geral, falta mesmo à nossa investigação científica colonial o concurso valioso que lhe poderia ser dado, como noutros países, por pessoas não especializadas no assunto, funcionários, militares, professores, médicos, engenheiros, missionários, industriais,

² Portaria 7 948, de 14 de Dezembro de 1934, publicada no *Diário do Governo*, I S, n.º 293, pp. 2115-2117.

agricultores, comerciantes. Em regra, entre nós, essas pessoas ou não se interessam por nada fora da sua profissão ou não têm sequer a cultura geral necessária para compreenderem o interesse científico de certos factos e os arquivarem devidamente, dentro das possibilidades que se lhes oferecem. [...] A culpa é do regime português do ensino. // As nossas Universidades e escolas vivem geralmente num mundo abstracto em que parecem ignoradas as colónias (1.ª Exposição Nacional, 1934: 25-26. Nosso negrito).

Comentário assaz esclarecedor do muito a cumprir entre nós neste capítulo. Por isso, sob o manto da antropologia, a arqueologia assomou, conquanto subsidiariamente, alicerçando conclusões essencialistas e estaticistas sobre o passado, o presente e o futuro das gentes locais investigadas. Populações que acabaram por centralizar narrativas visuais da própria exposição, através da exibição pública de *negros* da Guiné, depois de, no âmbito das sessões portuenses do 15.º Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica (1930), Joaquim Alberto Pires de Lima (1877-1951), Constâncio Mascarenhas (1898-1978), Alfredo Ataíde (1890-1960) e Mendes Correia terem apresentando resultados do estudo craniológico de *indígenas* da Guiné enviados aos Institutos de Anatomia³ e de Antropologia da Universidade do Porto, por médicos ali residentes (Correia, 1943: 364). A relevância dos assuntos debatidos no 1.º CNAC justificou a impressão, neste mesmo ano de 1934, do livro de atas incluindo textos resultantes de comunicações apresentadas à 3.ª Secção, de estudos pré-históricos e arqueológicos, em reconhecimento do muito que esclareceriam em termos de observações antropológicas. Entre eles constava *As ruínas de Zimbábue e a arqueologia de Moçambique*, de Mendes Correia, e *Arqueologia de Angola*, de Rui de Serpa Pinto (1907-1933) e Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior (1901-1990), a par de outros assinados por arqueólogos sul-africanos. Presença estrangeira que, se por um lado, justificaria a agenda antropológica colonial de Mendes Correia, demonstrava, por outro, a comunhão de temas pré-históricos e arqueológicos subsaarianos, e sublinhava o atraso de Portugal neste contexto científico, quando confrontado ao registado na União Sul-Africana.

O impacto da 1.ª ECP e do 1.º CNAC (e, mais tarde, da Exposição do Mundo Português, em 1940) junto da comunidade científica e cultural do país foi suficiente para fundamentar a realização, logo no ano seguinte, de uma exposição temática sobre etnologia sul-africana, intitulada *Ruínas Pré-Portuguesas da África do Sul*, nas instalações do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto (1923). Momento que terá sido decisivo para o agendamento da investigação antropológica e pré-histórica no quadro da política científica nacional pensada para os territórios ultramarinos. Resolução tanto mais premente quando, cotejando com o muito realizado além-fronteiras, a África Oriental portuguesa continuava a ser desconhecida na quase totalidade das suas riquezas, inclusive históricas e patrimoniais. Situação que em nada abonava a favor da metrópole, particularmente aos olhos da comunidade científica internacional, pois, *Além da conveniência que há em apresentar normas de carácter progressivo, uma outra razão torna muito oportunas quaisquer sugestões de carácter científico, que tendam a esclarecer e a auxiliar a política colonial.* (Correia, 1934: 4). Ademais, os tempos eram, então, exigentes,

Cabe[ndo], portanto, à Ciência, com as suas luzes, coadjuvar aqueles que no campo das realizações se esforçam em traduzir em factos de utilidade coletiva os ditames consagrados pela observação dos fenómenos da Natureza e pela experimentação laboratorial. // Eis a missão dos antropologistas que se dedicam ao estudo das populações vivendo nas nossas colónias (Correia: 4-5. Nosso negrito)

³ Os estudos anatómicos encontravam-se, à época, em franca expansão na medicina portuguesa, fundando-se a Sociedade Anatómica Portuguesa (1932), precedida da *Sociedade Anatómica Luso-Hispano-Americana* (1930).

À luz da documentação compulsada até ao momento, terá sido esta a razão pela qual a investigação antropológica e, dentro desta, a pré-histórica e a arqueológica, principiaram, não por Angola, como seria, talvez, expectável, mas por Moçambique. Até porque, ocasional e intermitentemente, aquele território já merecera atenções de quem se dedicava a estes assuntos, somados ao do exercício etnográfico e colecionista. Mas, mais do que a proximidade geográfica, a comunhão ecossistémica terá motivado o início destes estudos precisamente por Moçambique. Decisão à qual não terá estranhado a importância geopolítica do território e a existência de algumas estruturas públicas que auxiliariam na condução de trabalhos no terreno. Ademais, pouco ou nada se sabia da pré-história desta – designada à época –, Província ultramarina, num incómodo contraste com o conhecimento já reunido para a vizinha União Sul-Africana, mercê de um trabalho sistemático do qual resultava uma série de achados paleoantropológicos e de artefactos líticos, a relacionar, tipológica e cronologicamente, com exemplares recolhidos em regiões limítrofes, norte-africanas e até europeias (Correia: 18-19). Não surpreende, por conseguinte, que, em 1936, no 10.º ano da ‘Revolução Nacional’ (França, 2010), o recentemente remodelado Ministério das Colónias instituiu a JMGIC/JMGIU, numa aliança inequívoca (mas nem sempre linear) entre política colonial e científica.

Este novo enquadramento permitiu a formação de uma primeira missão antropológica, dessa feita a Moçambique (1936-1956), orientada, perante a impossibilidade e mercê da indicação de Mendes Correia, por Santos Júnior, nomeado, para o efeito, pelo Ministro das Colónias, Francisco José Vieira Machado (1898-1972), sob patrocínio do Instituto para a Alta Cultura (1936-1952), do Ministério da Educação Nacional (1936-1974). Nada que estranhasse no panorama europeu coevo, antes reproduzindo e adaptando procedimentos transfronteiriços. Tratava-se, pois, de uma iniciativa associada a tantas outras vozes nacionais que divisavam no estudo antropológico das comunidades autóctones uma prioridade da administração colonial. Isto mesmo testemunhou Mendes Correia em múltiplas intervenções públicas, especialmente em encontros internacionais de medicina tropical (Correia, 1934: 9): *A própria organização do trabalho está já a formar-se, baseando-se nos processos antropométricos para os fins do selecção das aptidões individuais, o que contribuirá para a boa harmonia entre o capital e o trabalho* (Correia, 1934: 13).

Foi, assim, que coube a Santos Júnior a tarefa de realizar estudos antropológicos e arqueológicos no âmbito da Missão Geográfica do mesmo território (1932-1973) (Portugal, 1936: 870). Santos Júnior que detinha clara noção do muito a fazer neste capítulo, pelo muito pouco que se fizera até então:

O estudo da arqueologia pré-histórica das nossas colónias teve [...] algumas pequenas notas [...]. Se atentarmos na grande extensão das nossas colónias, pode dizer-se que isto é pouco, como bem pouco é aquilo que hoje vai sendo feito, que, sendo alguma coisa mais, é ainda muito pouco em relação áquilo que podia e devia ser feito (Santos Júnior, 1934: 5. Nosso negrito)

Estavam, pois, criadas as condições basilares à autonomização desta área do conhecimento, como há muito pretendia Mendes Correia. Mesmo que lateral ao projeto colonial português, a antropologia centralizava, de alguma maneira, a atuação da JMGIC, seguramente pelo interesse de Mendes Correia nesta matéria e pela influência que detinha nos círculos correspondentes. Moçambique tornava-se, pois, o primeiro território a merecer uma missão desta natureza no quadro da JMGIC, em coordenação com demais lançadas, então, a esta Província ultramarina.

Santos Júnior teve, então, oportunidade de, no terreno, deslocar-se à União Sul-Africana e à Rodésia do Sul, visitando museus, sítios arqueológicos e paleontológicos, e institutos de investigação da especialidade, onde, a par da análise de materiais, travou conhecimento

com individualidades importantes na sua inserção em redes regionais e transregionais de produção, transmissão e receção de conhecimento, influenciando no prosseguimento e visibilidade dos seus trabalhos ulteriores, decorrentes, na maioria, dos milhares de objetos coletados e das dezenas de sítios identificados. Disso foi exemplo a proximidade estabelecida com Clarence van Riet Lowe (1894-1956), Director do *Archaeological Survey* da União Sul-Africana, e Raymond Dart (1893-1988), anatomista australiano e Director do Departamento de Anatomia da Universidade de Witwatersrand do mesmo país, a quem Santos Júnior dedicou os seus textos publicados em Moçambique: *Documentário Trimestral* (Santos Júnior, 1937 e 1938). Disso nos dá, de igual modo, conta a sua participação activa em múltiplos encontros científicos de impacte transfronteiriço. Foram os casos do XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (Lisboa, 1950) (Santos Júnior, 1950) e do II Congresso Pan-Africano de Pré-História (CPAPH) (Argel, 1952) (Santos Júnior, 1955). Com efeito, procurava-se aproximar a investigação arqueológica portuguesa à produzida em territórios circunvizinhos, sobretudo quanto ao estudo da *idade da pedra*, uma vez que, *À extraordinária riqueza da União da África do Sul e da Rodésia em documentos paleo-antropológicos e em estações da idade da pedra, corresponde a uma singular pobreza dos mesmos documentos e estações no que diz respeito à nossa Colónia de Moçambique*. (Santos Júnior, 1937: 95). Mais do que isso, havia que instigar a colaboração internacional científica, tanto na metrópole, como no ultramar. Até porque as diferentes sabedorias, aplicadas e utilitárias, *n'arrêtent pas leurs problèmes dans les frontières politiques* (Mendes Correia, 1950: XLIII), tornando a ciência, *universellement, la base du gouvernement, du développement et de l'avenir du monde et, spécialement, des colonies* (Mendes Correia, 1950: XLIII). Entretanto, a experiência colhida em Moçambique instou a repensar a estratégia definida de início para as missões antropológicas. Principalmente, pela inexistência transdisciplinar, fundamental ao conhecimento mais próximo das realidades observadas, estreitando a colaboração entre arqueólogos e geólogos. Desde logo, para estudar a Pré-História moçambicana (Santos Júnior, 1950: 651), conquanto essa aproximação devesse incluir outras especialidades. A começar pela filologia, de modo a diversificar os estudos reforçados com maiores recursos materiais e prazos de execução. Havia, no entanto, que demonstrar aos poderes políticos que a rentabilização dos territórios ultramarinos seria mais enérgica, rápida e sólida, se existisse uma noção mais profunda e abrangente do *modus vivendi e faciendi* das populações autóctones. Em especial, no respeitante *aos valores indígenas, das suas artes primitivas, das suas línguas, costumes e tradições, de tudo que possa registrar uma existência, uma personalidade que o tempo fatalmente destruirá* (*Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, n.º 5, 1946: 268). Com efeito,

As colónias não são depósitos de riqueza, que lá se vão buscar, oprimindo os indígenas, mas entidades novas, criações da humanidade, partes válidas do Estado, a que, pelo progresso científico, moral, económico e político, se deve facilitar o acesso aos mais altos destinos como se faz a qualquer outra parte do território nacional (SGL, 1946: 21. Nosso negrito)

Foi neste enquadramento, consolidado na reestruturação recente da JMGIC, sob o signo do *Plano de Ocupação Científica do Ultramar Português* (1941), inscrito no quinquénio de 1942-1947, concebido quando a Europa mergulhava na sua segunda Grande Guerra, que Mendes Correia considerou relevante montar nova missão antropológica a outra Província ultramarina. Procurou, no entanto, conciliá-la à nova orientação atribuída à investigação científica na dimensão espacial – considerada, à época –, portuguesa: a melhoria das condições de vida das comunidades locais. Assim surgiu *Uma jornada científica na Guiné portuguesa* (Correia, 1947).

Enquanto isto, parecia que Angola desinteressava a Lisboa. Nada mais ilusório, como se verificaria em breve. Reconhecia-se, porém, existir uma instituição com maior capacidade para apoiar estudos similares no terreno, a Diamang – Companhia de Diamantes de Angola (1917), à qual se devia, entre outros aspetos, a criação do Museu do Dundo (1936) – redominado Etnológico (1942) –, e a edição da coleção com o mesmo nome (1946), com a qual colaboraram vários autores portugueses e estrangeiros, muitos dos quais de renome internacional.

Mas, Lisboa não podia permanecer indiferente ao muito concretizado cientificamente por outras metrópoles nas suas respetivas possessões ultramarinas. Disso também dependia o lugar de Portugal no xadrez político internacional, sobretudo face a crescentes pressões internacionais colocadas sobre o seu regime governamental e, acima de tudo, política colonial. Reconhecendo o imperativo de acelerar, aprofundar e dilatar as pesquisas científicas nas colónias, os decisores políticos revigoravam a reorientação dos trabalhos segundo bússolas utilitárias, sem desmerecer o estudo *puramente* cultural (e *especulativ[o]*), permitindo compreender melhor o conteúdo parcelar de legislação publicada à época (Conde *et alia*, 2015):

Os estudos de antropologia física também têm o seu interesse, pois sobre eles se procuram estabelecer as características somáticas e as possibilidades psico-físicas os diferentes povos e tribos coloniais. A antropologia económica, social, legal, etc., poderá auxiliar grandemente a administração das populações indígenas. A etnografia também surgirá como auxiliar útil destes estudos, como fonte preciosa de informações. // A arqueologia figuraria, assim, em posição secundária. Isto não quer dizer que o seu interesse especulativo seja menor do que qualquer dos outros domínios de estudo (Agência Geral das Colónias, 1945: 25. Nossos negritos).

Por isto, Mendes Correia evidenciava quão obsoleto se encontrava Portugal neste âmbito, hiperbolizando uma causa central do agente científico português nessas regiões: a sua prioridade relativamente a outros. Havia, pois, que afastar libelos contra o seu hipotético desprendimento e – o que era pior –, improficência. Além disso, permitia-lhe fortalecer a nuclearidade das ciências humanas e sociais neste processo, contrariamente ao assumido por instâncias supernas. Aspecto tanto mais relevante, quando, nos primeiros anos da década de 30, antropólogos da Europa central, como Carl Schneider (1891-1946), Hugo Adolf Bernatzik (1897-1953) e Bernhard Struck (1888-1971) tinham realizado estudos antropológicos e etnográficos na Guiné, principalmente junto dos Bijagós, publicando parte significativa dos mesmos (Correia, 1943: 365).

Retomadas pela JMGIC apenas em 1945, as missões antropológicas desvendavam a atenção lateral do governo pelo assunto, ao não lhes entrever um retorno mais imediato. Mormente quanto à arqueologia, exercida doravante por empenho individual de quem integrava as campanhas. Apesar da tónica principal ser colocada no registo antropométrico das populações ultramarinas, as autoridades permitiam a realização de estudos arqueológicos. A isso instava a autoridade de Mendes Correia inteirado da sua premência, perante o impulso que obtinham noutros agendamentos coloniais – especialmente inglês e francês –, focados em compreender a origem e o percurso dos povos. Deste modo se afastavam diatribes lançadas contra a inação portuguesa nesta esfera científica, ao mesmo tempo que os nomes diretamente envolvidos nele alicerçavam alianças científicas internacionais.

Dinâmicas locais e regionais

Mas, e localmente? Que ocorria neste âmbito nas próprias Províncias ultramarinas? Contrariamente ao que se poderia presumir em resultado de uma leitura menos atenta, muito se produzia localmente. Sobretudo por parte de quem acompanhava, por diferentes meios,

trabalhos realizados em instituições pertencentes a territórios limítrofes e noutras situadas na ocidentalidade europeia e norte-americana.

Tomando como exemplo, várias destas iniciativas, criaram sociedades de estudo, incentivaram a investigação, organizaram visitas de estudo, promoveram conferências, convidaram especialistas estrangeiros, lançaram pontes de comunicação com entidades científicas transfronteiriças e editaram periódicos. Uma convicção legitimada pela presença amiúde de investigadores prestigiados provenientes da União Sul-Africana, a exemplo de C. van Riet Lowe, em entrevista concedida à revista mensal de vulgarização de conhecimentos *Rádio Moçambique*, no seu número 74, de 1941, ao sublinhar que *Os contactos culturais com outras partes de África não atraem tanto as atenções como as relações políticas mas são, sob certos aspectos, mais valiosos. Aplanam o caminho para um entendimento internacional, pela simples razão de que não são maculados por interesses egoístas* (Nossos negritos). A sua autoridade nesta matéria justificou, entretanto, a tradução, para português, de alguns dos seus escritos, uma vez mais para validar uma agenda científico-cultural acalentada pela Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique (SECM) (1930-1975), onde se afirmava estar a colónia de Moçambique,

também destinada a desempenhar papel importante no esclarecimento do período proto-histórico da África Meridional. [...] Esperemos, pois, que seja possível preencher a lacuna deixada pelo infeliz acidente que obrigou Santos Júnior a regressar à Metrópole, e que possa haver estímulo para aqueles que, à sua própria custa, e em horas roubadas ao descanso, se dedicam na Colónia a estas investigações [...]. // Olho confiante para um futuro em que este ainda mal explorado território há-de surpreender o resto da África pela sua importância arqueológica (Barradas, 1943: 5. Nossos negritos).

Aos poucos, os membros da SECM contribuíram, mesmo que inconscientemente, para a composição de uma rede local e regional de produção, divulgação e apreensão de conhecimento, autónoma da intervenção de quem aportava de Lisboa, mesmo que no âmbito de missões da JMGIC e com o beneplácito de Mendes Correia.

Para Angola, criou-se a Missão Antropobiológica (1950-1955), à qual se deve a descoberta de estações arqueológicas, o estudo de pinturas rupestres e de recintos amuralhados (Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, 1956: 2) e trabalhos sobre os então denominados bosquímanos. Estas investigações prosseguiram no Centro de Estudos de Etnologia do Ultramar (1954), antecessor do Centro de Estudos de Antropobiologia (1962), ambos dirigidos pelo antropólogo e professor universitário António de Almeida (1900-1984), contando com a colaboração, entre outros, do geólogo e pré-historiador José Camarate França (1923-1963). Mas, os estudos mais sistemáticos eram conduzidos desde os anos 30 por colaboradores do Museu do Dundo, cuja secção de geologia e pré-história era supervisionada pelo geólogo belga Jean Janmart (?-1955), devendo-se-lhe as primeiras incursões internacionais com o objectivo de criar uma rede de debate subordinada às questões da arqueologia africana, traduzida em importantes colaborações de Louis Leakey (1903-1972) (Leakey, 1949), Henri Breuil (1877-1961) (Breuil, Janmart, 1950) e John Desmond Clark (1916-2002) (Clark, 1963, 1966 e 1968).

Quando à Província da Guiné, ela detinha, já nos anos 40, de mecanismos organizados de investigação e divulgação científica sobre o seu território e as suas gentes, colaborando com entidades internacionais de menção nos saberes contemplados, com destaque para a costa ocidental africana, ao mesmo tempo que procurava dar corpo ao 'Museu da Guiné

Portuguesa⁴. Sendo *tempo de a Guiné ser mais alguma coisa do que um campo fértil de produtos materiais* (*Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, n.º 1, 1946: 7), e urgindo promover a sua elevação cultural, a Guiné transmudou-se, de algum modo, em protótipo de programação científica a reeditar noutros recantos colonizados, dobrando a insistência no estreitar de ligações com demais comunidades científicas. Enquanto isso, criticava-se, com alguma severidade, a *investigação científica ultramarina em Portugal*, manifestada, sobretudo, *através de missões temporárias aos territórios* (*Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, n.º 32, 1953: 643-644). Era o que procurava fazer o Centro de Estudos da Guiné Portuguesa (1945):

as nossas relações culturais têm-se intensificado sobretudo com os territórios vizinhos, no meio dos quais já hoje não somos mancha escura como outrora... É claro que apesar de nunca termos merecido a devida consideração dos organismos metropolitanos encarregados deste domínio das ciências coloniais – pois até hoje ainda não foi enviada nenhuma das colaborações prometidas – nem por isso deixaremos de tentar estabelecer contactos como eles, sempre agradáveis e sem dúvida úteis em ensinamentos (*Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. n.º 10, 1948: 526. Nosso negrito).

Sem negarem as vantagens oferecidas por algumas destas missões, sobretudo quando movimentavam recursos e meios científicos e técnicos de que as províncias ultramarinas não dispunham, apelaram sempre para que, a par delas, se fomentasse o desenvolvimento de instituições locais de investigação (*Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, n.º 10, 1948: 526).

Mas, antes de Angola e da Guiné, foi Moçambique a antecipar-se neste capítulo, constituindo a SECM com *Boletim periódico* (1931-1974) e destinada a contribuir para o desenvolvimento cultural e económico do território, promovendo, para tal, estudos científicos e a colaboração com entidades neles interessadas. Pouco depois, a arqueologia principiava a ocupar espaço nas suas atividades, designadamente por mão do engenheiro-agrónomo Lerenó Antunes Barradas (1890-1974), com a descoberta, em 1936, de uma estação paleolítica na região de Magude, (Barradas: 1942).

Deu-se, então, início a um período de intensa actividade arqueológica no território, em especial a sul do Save e no – então –, distrito de Lourenço Marques (actual Maputo), com o apoio da Repartição Técnica de Indústria e Geologia, e em colaboração com o *Archaeological Survey* da União Sul-Africana. Actividade reforçada com a Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique (1943) – mimetizada de organismo análogo existente no território vizinho⁵ –, em cujo decreto de criação se afirmava que, *a par de se investigar, classificar, restaurar e conservar os nossos monumentos e relíquias, se divulgue o seu conhecimento arqueológico-histórico, e bem assim que se promova a sua propaganda cultural e turística*⁶. Daqui resultaram diversas acções desenvolvidas também em parceria com a SECM. Entre elas, conferências de especialistas procedentes da União Sul-Africana, como as proferidas por H. Breüil e Riet van Lowe, a convite daquela Comissão, em Agosto de 1944, nas quais se enfatizou a premência de intensificar a investigação pré e proto-histórica nas colónias africanas de Portugal, e realizar congressos para reunir dados disseminados sobre a arqueologia de Moçambique (Barradas, 1948).

⁴ Além dos exemplos coetâneos existentes noutras capitais de colónias europeias não portuguesas, o testemunho – ainda que privado –, do Museu do Dundo (1936), em Angola, e a existência do Museu de Geologia 'Freire de Andrade' (1940), em Lourenço Marques, Moçambique, não terão sido estranhos ao impulso conferido a este assunto localmente.

⁵ Comissão de Conservação dos Monumentos Nacionais, Relíquias e Antiguidades da União da África do Sul.

⁶ Diploma Legislativo n.º 825 de 20 de Fevereiro (Nosso itálico).

Sem dúvida, não se podia continuar a ignorar a riqueza científica do território, sob pena de a política científica colonial portuguesa continuar a ser criticada negativamente pela comunidade internacional.

Enquanto isto, organizava-se, sob os auspícios do casal Louis e Mary Leakey (1913-1972), e a presidência de H. Breüil, o I CPAPH (Nairobi, 1947), reunindo, pela primeira vez, pré-historiadores, paleontólogos e geólogos. A ausência da participação metropolitana foi colmatada com a presença provincial ultramarina. Foi assim que, entrelaçando geologia, climatologia e arqueologia, L. Barradas e Manuel Bettencourt Dias constituíram a delegação de Moçambique, comunicando sobre o Quaternário (Barradas, 1952a), 1952b). E o reconhecimento do trabalho de L. Barradas valeu-lhe a recomendação de C. van Riet Lowe para presidir, no ano seguinte, à Secção de Arqueologia do Congresso da Associação Africana para o Avanço das Ciências, realizado em Lourenço Marques.

Considerações finais

Os trabalhos conduzidos pela metrópole, circunscritos a campanhas episódicas e de curta duração, nas quais a arqueologia era tributária de estudos orientados para a implementação de uma *política indígena*, revelaram-se insuficientes para conhecer e divulgar a riqueza dos territórios ultramarinos. Nomeadamente, no que respeitava à sua pré-história, a exigir uma permanência e uma sistematização de investigação a assumir localmente. Foi o que ocorreu, mercê do interesse, empenho e tenacidade de agentes provinciais que, em conjunto, em muito contribuíram para a produção, transmissão e receção de conhecimento arqueológico. Mormente, regional.

Não configurando uma prioridade na agenda colonial portuguesa, apesar dos esforços, por vezes árduos, das missões enviadas da metrópole, crentes nos seus objectivos *patrióticos*, a arqueologia foi sendo assumida ao sabor de ações individuais apoiadas por organismos públicos e privados, de âmbito local e regional (Martins, 2010). Disso nos dá conta o exemplar movimento associativo provincial, de carácter (mais ou menos) erudito, que soube incentivar a investigação em diversos domínios e levar o nome das respectivas colónias a encontros científicos da maior relevância para o conhecimento, não apenas regional, como mundial.

Entre outros resultados desta persistência, destaca-se a II Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais, realizada em Bissau, de 8 a 14 de Fevereiro de 1947, ou seja, entre campanhas da Missão Antropológica e Etnológica da Guiné (1946-1947) e – sintomaticamente –, no mês seguinte ao I CPAPH. Coincidência que podia resultar apenas do sentido de oportunidade, aproveitando a permanência de investigadores de fora do continente africano que assim podiam participar também neste encontro, contribuindo para discussões comuns. Mas, esta coincidência podia decorrer, de igual modo (ou sobretudo) da necessidade de contrapor uma investigação conduzida, essencialmente, pela escola anglo-saxónica, a outra, de raiz francófona.

Em todo o caso, não terá sido o único evento deste ano de 1947 a registar, conquanto indiretamente, o ascendente da reunião de Nairobi. Entre 8 e 13 de Setembro, decorreu, em Lourenço Marques, o primeiro congresso da SECM. Assim se expressava quão urgente se tornara atualizar a investigação, também no domínio arqueológico, sobre o qual foram apresentadas comunicações na sessão conjunta das seções de geologia e geografia, história e sociologia, economia e estatística, numa abordagem pretendida transversal. Mais do que isso, havia que reunir todos os dados existentes sobre a arqueologia de Moçambique, numa tarefa a cumprir por comissão criada especialmente para o efeito, em colaboração estreita com a Secção Técnica de Indústria e Geologia, da colónia.

Emergia, assim, e uma vez mais, a noção de que um trabalho desta natureza, envergadura e responsabilidade devia ser, parcialmente que fosse, acometido à acção estatal, em razão dos recursos exigidos pela sua execução. Realização que instava, mais do que nunca. Pelo menos, a julgar pelo muito então produzido noutras colónias, nomeadamente inglesas e francesas. Por isso, Mendes Correia, sempre atento à (quase inexistente) gestão da investigação arqueológica nas possessões ultramarinas portuguesas, entendia indigno para o país que os dois encontros internacionais de 1947 avocassem a indispensabilidade de enviar especialistas estrangeiros a Angola, a fim de recolherem elementos essenciais à execução do grande atlas da pré-história de África, perdendo-se, assim, uma prioridade que, no seu entender, devia caber a Portugal (Correia, 1948).

O interesse colhido por estrangeiros em visita a Moçambique e participantes em reuniões científicas com intervenções desta Província ultramarina portuguesa, assim como as actividades conduzidas pelo CECP, fundamentaram o acolhimento, em Lourenço Marques, do 46.º Congresso da Associação Sul-Africana para o Progresso das Ciências (CASAPC) (1948), um dos fóruns mais importantes de divulgação científica na região. Assim se prestigiava a acção da SECM, os esforços colocados pela Colónia no desenvolvimento científico, a relevância de estudos efectuados e a comunhão de temas, que não se compadeciam com fronteiras políticas. Mas do que tudo, havia que expandir a proficiente cooperação regional entre Moçambique e a União Sul-Africana, como relembrado na esteira da 50.ª sessão do CASAPC (Cidade do Cabo, 1952) (*Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*, 1953: 47-50):

O estudo dos territórios portugueses em África tem sido feito sem nenhuma ou fraca colaboração das actuais nações colonialistas. [...] // Há alguns anos que mantemos intercâmbio com cientistas da União da África do Sul e temos verificado o entusiasmo, a simpatia e o interesse com que a nossa actividade é recebida. [...] E, por isso, estamos convictos que não será difícil organizar-se um serviço que estreite as relações Científicas, não ficando estas limitadas unicamente a alguns casos particulares, mais ou menos esporádicos. // Assim, seria excelente estabelecer na Sociedade de Estudos da Província de Moçambique, um gabinete de intercâmbio que teria por fim facilitar as relações profissionais entre cientistas portugueses e cientistas da União, pelo menos na fase inicial de intercâmbio (Ferreira e Ferreira, 1953: 47-50. Nossos negritos).

Convicção mantida em 1958 e 1968, na 56.ª e 66.ª edições do CASAPC, de novo em Lourenço Marques. Sobretudo na primeira, com o discurso presidencial de Arthur Edward H. Bleksley (1908-1984), intitulado *A ciência e a sociedade*.

A afirmação e o desenvolvimento da arqueologia nestes longínquos, da metrópole, territórios, não se conformavam a missões episódicas nas quais era suplementar. Asseverar a ciência arqueológica no terreno impunha a constituição de um organismo permanente que lhe fosse devotado no terreno. Na sua ausência, e até à formação dos Institutos de Investigação Científica de Angola e de Moçambique (1955), foram individualidades com diferentes formações académicas, especialmente geológica, a calcorrear os territórios, analisando estratigrafias rasgadas por grandes obras públicas e recolhendo artefactos destinados a coleções privadas e a museus públicos concebidos especialmente para o efeito. Havia, pois, um longo caminho a percorrer, sobretudo perante a indiferença da metrópole por assuntos arqueológicos das suas distantes paragens subsaarianas, a julgar pelo débil eco obtido com as comunicações deste temário apresentadas ao I Congresso Nacional de Arqueologia (Lisboa, 1958), e não obstante as inúmeras publicações resultantes de trabalhos realizados no âmbito de missões antropológicas e antropobiológicas e dos reiterados clamores de Mendes Correia.

Muito havia, sem dúvida, por cumprir. Desde logo, o reforço de estudos no terreno e no laboratório, assim como a execução de cartas arqueológicas e de inventários de sítios e de materiais encontrados. Depois, a publicação de monografias. Por fim, mas em simultâneo, a promoção da salvaguarda dos sítios e coleções arqueológicas e respetivo interesse turístico.

Mas, alheia se revelava também Lisboa da arqueologia praticada no seu território europeu. Um desinteresse (aparentemente) generalizado da política científica portuguesa, que também o foi própria comunidade científica portuguesa, mesmo quando Miguel Ramos (1932-1991) coordenou a primeira missão arqueológica da JMGIU, ao Sudoeste de Angola (1966-1967), em colaboração com entidades e organismos locais.

Ultrapassar-se-á, contudo, esta indiferença ao recuperar-se de protagonistas, espaços, agendas e projetos na área, inserindo-os em diferentes dinâmicas históricas e científicas de fôlego regional, nacional e internacional, e avaliando de que modo o débil investimento na arqueologia metropolitana determinou o desenvolvimento desta ciência nos seus territórios ultramarinos, e a reacção sequente das sociedades eruditas locais face a esta situação peculiar do panorama científico ocidental.

Agradecimentos

Patrícia Conde, pelo apoio na consulta de material de arquivo. Este texto resulta do projeto de Pós-Doutoramento “Arqueologia em transição num Portugal em transformação: atores, instituições e projetos (1958-1977)”, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) (SFRH/BDP/105375/2014), tendo como unidade de acolhimento o IHC-NOVA-CEHFCi-U.Évora. Decorre, de igual modo, do projeto FCT, PTDC/IVC-HFC/5017/2012, “PROMEMICI – Protagonists and memoirs of the ‘scientific missions’. Archaeology and Portuguese colonial agenda”, acolhido pelo extinto Instituto de Investigação Científica Tropical.

Referências bibliográficas

- A History of African archaeology* (1990), Robertshaw, Peter (ed.), London: James Currey Publishers, p. 378.
- Agência Geral das Colónias (1945), *Ocupação científica do Ultramar português*, Lisboa: Agência Geral das Colónias, p. 253.
- Barradas, L. (1942), Uma estação paleolítica em Magude, *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*, 45, Lourenço Marques: Sociedade de Estudos de Moçambique, pp. 83-101.
- _____ (1948), Panorama da Pré-História de Moçambique, *Boletim da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique*, N.ºs 57-58, pp. 1-20.
- _____ (1952a), A Chronology of the Quaternary in Southern Mozambique, 1st PanAfrican Congress Proceedings [Online], [Accessed December 29, 2014], Available at URL: <http://new.panafprehistory.org/en/>.
- _____ (1952b), Quaternary Formations in Southern Mozambique, 1st PanAfrican Congress Proceedings [Online], [Accessed December 29, 2014], Available at URL: <http://new.panafprehistory.org/en/>.
- _____ (1956), Moçambique na Pré-História da África Meridional, *Arqueologia e História*, V. VII, pp. 125-145.
- Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 28 vols. (1946-1973).

- Breuil, H., Janmart, J. (1950), *Les limons et graviers de l'Angola du Nord-Est est leur contenu archéologique*, Publicações Culturais da Companhia de Diamantes de Angola, 5, Lisboa: Companhia de Diamantes de Angola, p. 56.
- Carrisso, Luiz Wittnich (1928), *O problema colonial perante a Nação*, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Castanheira, João Pedro (2010), *Um cientista português no coração da Alemanha nazi*, Lisboa: Tenacitas.
- Clark, J. D. (1963), Prehistoric cultures of northeast Angola and their significance in tropical Africa, Publicações Culturais da Companhia de Diamantes de Angola, 62, Lisboa: Companhia de Diamantes de Angola. 2 volumes.
- _____ (1966), The distribution of Prehistoric culture in Angola, Publicações Culturais da Companhia de Diamantes de Angola, 73, Lisboa: Companhia de Diamantes de Angola, p. 102.
- _____ (1968), Further Palaeo-Anthropological studies in northern Lunda, Publicações Culturais da Companhia de Diamantes de Angola, 78, Lisboa: Companhia de Diamantes de Angola, p. 205 .
- Conde, P.; Senna-Martinez, J. C. e Martins, A. C. (2015), Archaeological connections: tracking and tracing international relations throughout Portuguese colonialism, Diaz-Andreu, M. E Fernandez, V. (orgs.), *British Archaeological Reports* (no prelo).
- Correia, A. A. E. M. (1934), Valor psico-social comparado das raças coloniais”, *Trabalhos do 1.º Congresso Nacional de Antropologia Colonial (Porto, Setembro de 1934)*, Porto: 1.ª Exposição Colonial Portuguesa, pp. 385-393.
- _____ (1943), *Raças do Império*, Porto: Portucalense Editora.
- _____ (1947), *Uma jornada científica na Guiné portuguesa*, Lisboa: Agência Geral das Colónias, p. 193.
- _____ (1950), La recherche scientifique dans l'outremer portugais, *Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais (2.ª Conferência, Bissau, 1947)*, V, 1, Lisboa: Ministério das Colónias/ Junta de Investigações Coloniais, pp. XXXI-XLVI.
- Ferreira, M. C. & Ferreira, G. da V. (1953), Da necessidade do intercâmbio científico com a União da África do Sul, *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*, pp. 47-50.
- França, J.-A. (2010), *O ano x - Lisboa 1936*, Lisboa: Editorial Presença.
- Gozalbes Cravioto, Enrique (2005), Los pioneros de la arqueología española en Marruecos (1880-1921), Cabrera, V. & Ayarzagüena, M. (orgs.), *El nacimiento de la Prehistoria y de la Arqueología científica*, Madrid, 2005, pp. 110-117.
- _____ (2007), Algunos avatares de la arqueología colonial en el norte de Marruecos (1939-1942), *Boletín de la Asociación Española de Orientalistas*, pp. 77-96.
- Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (1956), *Missão Antropobiológica de Angola: campanha de 1955*, Bibliografia do Professor Doutor António de Almeida, Separata de Estudos Ultramarinos, 6, Lisboa: Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, p. 7.
- Leakey, L. S. B. (1949), Tentative study of the pleistocene climatic changes and stone-age culture sequence in North-Eastern Angola, Publicações Culturais da Companhia de Diamantes de Angola, 4, Lisboa: Companhia de Diamantes de Angola, p. 82.
- Lobato, Alexandre (1983), *Memória Histórica, Da Comissão de Cartographia ao Instituto de Investigação Científica Tropical (1983): 100 Anos de História*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, pp. 1-179; 475-481.
- Machado, J. L. Saavedra (1965), *Subsídios para a história do museu etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos*, Lisboa: Ministério da Educação Nacional.
- Martins, A. C. (2010a), A Arqueologia nas missões científicas: *ad initium*, Martins, A. C. E Albino, T. (orgs.), *Viagens e missões científicas nos trópicos: 1883-2010*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, pp. 99-105.

- _____ (2010b), (Re)Conhecer para ocupar. Ocupar para (re)conhecer. A colonização científica do além-mar, Martins, A. C. E Albino, T. (orgs.), *Viagens e missões científicas nos trópicos: 1883-2010*, Lisboa: IICT, pp. 26-33.
- _____ (2012), Política Colonial, Produção Científica, Construção da Identidade Portuguesa e o Contributo de Henrique de Carvalho (1843-1909), *Memórias de um explorador. A Coleção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa: SGL, pp. 193-206.
- Medina, João (2006), *Portuguesismo(s)*, Lisboa: Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Portugal (1936), Decreto-Lei n.º 26 842. Diário do Governo, I série, 175, 28 Julho 1936, Lisboa, p. 870.
- Santos Júnior, J. R. dos (1937), Contribuição para o estudo da Idade da Pedra em Moçambique. A estação lítica da Marissa (Tete), Moçambique: Documentário Trimestra, 12, Lourenço Marques: Imprensa Nacional, pp. 93-103.
- _____ (1938), Relatório da Missão Antropológica à África do Sul e a Moçambique. 1.ª campanha de trabalhos – 1936, Porto: Imprensa Portuguesa, p. 53.
- _____ (1950), Carta da Pré-História de Moçambique. Separata das Actas do XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, 4.ª secção. V. [s.n., s.l.], pp. 647-656.
- _____ (1955), Les peintures rupestres du Mozambique, 2nd PanAfrican Congress Proceedings [Online]. [Accessed December 29, 2014], Available at URL: <http://new.panafprehistory.org/en/>.
- Sociedade de Geografia de Lisboa (1900), *Parecer e proposta para um Congresso Colonial Nacional*, Lisboa: SGL.
- _____ (1946), *Congresso comemorativo do quinto centenário do descobrimento da Guiné*, 2 vols., Lisboa: SGL.
- Torgal, Luís R. (2009), *Estados Novos. Estado Novo*, 2 vol., Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.